

AS APROPRIAÇÕES DA TEORIA DA PSICOGÊNESE DA ESCRITA NOS PCN E NA BNCC

Maria Vitória Bezerra da Silva¹

Alexsandro da Silva²

Eixo temático: Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este estudo investiga as apropriações da teoria da Psicogênese da Escrita em documentos curriculares oficiais nacionais brasileiros. Para tanto, realizou-se uma análise documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa – 1ª a 4ª séries (BRASIL/SEF, 1997) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL/MEC, 2017), cujos dados foram tratados a partir da análise temática de conteúdo. De modo geral, foi possível perceber, com esta investigação, que os PCN se apropriaram de muitas das ideias da teoria psicogenética ao tratar sobre o ensino e a aprendizagem da língua escrita, enquanto que na BNCC essa teoria praticamente não é mobilizada.

Palavras-chaves: psicogênese da escrita; PCN; BNCC; ensino fundamental

Introdução

No Brasil e, mais amplamente, na América Latina, a condenação dos métodos tradicionais de alfabetização e de suas cartilhas foi impulsionada, sobretudo, pelos altos índices de fracasso escolar e por mudanças conceituais no campo alfabetização, decorrentes, principalmente, da difusão da teoria construtivista psicogenética da escrita, desenvolvida por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985). Essa perspectiva, que provocou uma verdadeira revolução nesse campo – a alfabetização passou a ser vista como um complexo processo de construção conceitual e não como a aquisição de um código de transcrição da fala –, deslocou a discussão sobre o “como se ensina” para o “como se aprende” (SOARES, 2004).

De acordo com as evidências da teoria da Psicogênese da Escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985; FERREIRO, 2001 [1985]), as crianças constroem ideias ou hipóteses sobre a escrita muito antes de entrar na escola. Para essa vertente teórica, essas ideias ou hipóteses

¹ Graduanda em Pedagogia pela UFPE/CAA – Caruaru/PE. Contato: vitoria.bezerrasilva@ufpe.br

² Doutor em Educação pela UFPE e pós-doutor em Didática da Língua pela Université Sorbonne-Nouvelle - Paris
³ Professor do Núcleo de Formação Docente e do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea da UFPE/CAA. Contato: alexsandro.silva2@ufpe.br

elaboradas pela criança seguem uma ordem de evolução que parte de uma etapa em que a criança não compreende que a escrita nota os segmentos sonoros das palavras, associando-a aos significados ou às propriedades dos objetos a que se referem (hipótese pré-silábica).

Em seguida, o aprendiz constrói hipóteses de “fonetização da escrita”, estabelecendo, inicialmente, uma correspondência entre a quantidade de letras utilizadas e a quantidade de sílabas das palavras, usando, por vezes, letras com valores sonoros convencionais (hipótese silábica). Antes de compreender que se escreve com base em uma correspondência entre sons menores que as sílabas (fonemas) e as letras, elaborando uma hipótese alfabética, a criança começa a perceber que uma única letra não é suficiente para notar as sílabas e adota, simultaneamente, duas hipóteses: a silábica e a alfabética (hipótese silábico-alfabética).

Considerando que a teoria da Psicogênese da Escrita teve e tem um lugar de destaque nos debates e fundamentações teóricas que inspiraram “didáticas construtivistas” no campo da alfabetização, o presente estudo teve por objetivo investigar as apropriações da teoria da Psicogênese da Escrita em documentos curriculares oficiais nacionais brasileiros voltados ao ciclo de alfabetização (PCN/BNCC), após quase quatro décadas da publicação, em português, da obra Psicogênese da língua escrita.

2. Fundamentação teórica

No Brasil, antes da década de 1980, o foco da alfabetização estava no ensino. Assim, buscava-se os melhores métodos para que os aprendizes pudessem realizar a “codificação” e a “decodificação” das palavras, sendo a escrita alfabética entendida como um código de transcrição das unidades sonoras da fala. Entretanto, essa forma “tradicional” de ensino não foi suficiente para erradicar o analfabetismo.

Na década de 1980, a teoria da psicogênese da escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985) chegou ao Brasil difundindo uma nova perspectiva sobre alfabetização, tendo como base o construtivismo, cuja ideia principal é a de que o conhecimento é construído por meio das interações entre o sujeito e o ambiente que o cerca. Partindo desse pressuposto geral, a teoria psicogenética da escrita concebe que a apropriação desse objeto cultural parte de um sujeito ativo que possui concepções originais sobre o sistema de escrita alfabética, construídas antes da entrada da criança na escola, a partir das experiências vivenciadas em seu meio sociocultural.

Tais concepções são reconstruídas à medida que refletem sobre a escrita e apropriam-se de novos conhecimentos sobre as questões “o que” as letras representam e “como” elas criam representações (MORAIS, 2012). Sendo assim, como mediador dos

processos de ensino e de aprendizagem, o professor não “deveria se limitar a ser simples espectador de um processo espontâneo” (FERREIRO, 2011 [1985], p. 39), mas, sim, diagnosticar os conhecimentos construídos pelas crianças e intervir pedagogicamente para ajudá-los em seu processo de alfabetização.

Dessa forma, as produções espontâneas constituiriam um “valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado” (FERREIRO, 2001 [1985], p. 16), auxiliando o docente a compreender quais ideias o aprendiz já construiu e quais ainda precisa reconstruir para se apropriar do sistema de escrita. Nesse sentido, os “erros” deveriam ser considerados como parte do processo evolutivo e orientar as práticas pedagógicas quanto à realização de intervenções adequadas às conceptualizações sobre a escrita elaboradas pelo aprendiz, de modo a que avancem e reconstruam suas ideias.

3. Metodologia

O estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa documental, considerando documento como resultado das escolhas e das intenções da sociedade que o produziu, em um determinado contexto histórico (LE GOFF, 1990). A análise dos dados gerados a partir da pesquisa documental foi desenvolvida por meio da análise temática de conteúdo as etapas (BARDIN, 2004), contemplando pré-análise, análise do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Neste estudo, foram analisadas a primeira e a segunda partes do volume 2 dos PCN e a seção da BNCC denominada “A etapa do ensino fundamental”. Com relação aos PCN, voltamos nossa atenção, na segunda parte do documento, para as informações concernentes ao primeiro ciclo, que corresponde aos dois primeiros anos do ensino fundamental. Na seção supracitada da BNCC, examinamos a subseção relativa à área de “Linguagens” e, mais especificamente, o bloco dedicado à Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.

Para investigar as apropriações da teoria da Psicogênese da Escrita nos PCN e na BNCC, consideramos, em consonância com o objetivo do estudo, as aproximações e os distanciamentos entre as apropriações da teoria nos documentos curriculares analisados destinados aos dois primeiros anos do ensino fundamental.

4. Resultados de Discussões

A partir da análise dos documentos curriculares brasileiros voltados ao ciclo de alfabetização, elaboramos categorias temáticas que expressam ideias vinculadas à teoria da psicogênese da escrita, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Ideias/categorias relacionadas à teoria da psicogênese da escrita presente nos PCN e na BNCC

IDEIAS/CATEGORIAS	DOCUMENTOS	
	PCN	BNCC
Deslocamento do “como se ensina” para o “como se aprende”, considerando as crianças como seres ativos que possuem conhecimentos prévios sobre a escrita	Sim	Não
A aprendizagem da escrita alfabética é de natureza conceitual e não meramente perceptivo-motora, implicando a compreensão de o que a escrita representa e como ela o faz	Sim	Não
As crianças elaboram hipóteses sobre a escrita, que são influenciadas pelas oportunidades sociais de convivência com esse objeto cultural	Sim	Parcialmente
É necessário conhecer as hipóteses sobre a escrita construídas pelas crianças para intervir pedagogicamente de modo a que elas avancem em suas concepções	Sim	Não
Os erros dos aprendizes são construtivos e constituem indicadores do que eles sabem e do que precisam ainda aprender sobre a escrita	Sim	Não

Fonte: dados da pesquisa

Os dados do Quadro 1 evidenciam que nos PCN existe uma grande influência da teoria psicogenética da escrita. Por outro lado, na BNCC, essa teoria praticamente não é mobilizada. Na sequência, discutiremos cada uma das ideias/categorias, ilustrando com extratos recortados dos documentos analisados.

4.1 Deslocamento do “como se ensina” para o “como se aprende”, considerando as crianças como seres ativos que possuem conhecimentos prévios sobre a escrita

Na análise dos documentos, observamos que os PCN mencionam que, devido aos estudos da psicogênese da escrita, ocorreu “o deslocamento do eixo da investigação das questões do ensino para as questões da aprendizagem” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 20).

O documento supracitado também destaca que, com a mudança de foco das questões de ensino para as de aprendizagem, “foi possível compreender que as crianças sabiam muito mais do que se poderia supor até então, que elas não entravam na escola completamente desinformadas, que possuíam um conhecimento prévio” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 20). Em contrapartida, percebemos que a BNCC não menciona tais ideias da psicogênese em seu texto.

4.2 A aprendizagem da escrita alfabética é de natureza conceitual e não meramente perceptivo-motora, implicando a compreensão de o que a escrita representa e como ela o faz

Ao analisarmos os documentos, encontramos, nos PCN, o seguinte trecho: “para aprender a ler e a escrever, é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem.” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 20). Assim como os estudos psicogenéticos, esse documento defende que, para se alfabetizar, o aprendiz não tem que aprender um código, mas, sim, analisar e refletir sobre a escrita, compreendendo os seus dois aspectos principais (conceituais e convencionais), com prevalência dos primeiros

Destacamos que a BNCC não apresenta nenhum fragmento que relaciona a escrita como um sistema notacional. Como observa Morais (2020, p. 7-8), nesse documento, “há expressões muito vagas como ‘construção do alfabeto’, ‘construir o conhecimento do alfabeto’, ao lado de uma terminologia associacionista veiculada por expressões como ‘mecânica da escrita/leitura’, ‘codificar e decodificar’. De modo semelhante, Cavarsan e Miguel (2020, p. 579) apontam que, na BNCC, o foco da alfabetização reside em o estudante “conhecer o alfabeto e a “mecânica” da escrita e leitura”.

4.3 As crianças elaboram hipóteses sobre a escrita, que são influenciadas pelas oportunidades sociais de convivência com esse objeto cultural

Encontramos, nos PCN, indicações gerais sobre o percurso evolutivo dos aprendizes, enfatizando que, para compreender o sistema de escrita alfabética (SEA), as crianças formulam hipóteses que vão sendo reconstruídas à medida que se apropriam do sistema de escrita. O documento menciona explicitamente que essa ideia partiu dos estudos psicogenéticos:

Trata-se, sobretudo, da pesquisa sobre quais ideias (ou hipóteses) as crianças constroem sobre a língua escrita ao tentar compreendê-la. Os resultados dessa pesquisa encontram-se publicados, no Brasil, no livro *A psicogênese da língua escrita*, que consta da bibliografia deste documento.” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 20)

Os PCN pontuam que, no processo evolutivo de apropriação do SEA, o alfabetizando apresenta, inicialmente, uma “correspondência pouco diferenciada” em relação à escrita” e, em uma etapa seguinte, relaciona os sons da fala à escrita, ou seja, passam “por um momento silábico — em que, ainda que nem sempre com consistência, atribui uma letra a uma sílaba — antes de chegar a compreender o que realmente cada letra representa.” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 56).

A BNCC, por sua vez, ressalta, de modo muito genérico, que pesquisas sobre o processo de construção da língua escrita pela criança evidenciam que é preciso, por exemplo, “diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos)” (BRASIL, 2018, p. 91). Esse documento ainda evidencia que, nesse percurso, as crianças precisam “perceber

quais sons se deve representar na escrita e como” e “construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos”, “até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica” (BRASIL, 2017, p. 91).

Com isso, observamos que os PCN e a BNCC indicam que as crianças passariam pela hipótese pré-silábica, na qual apresentam, inicialmente, uma “correspondência pouco diferenciada” em relação à escrita” e “não distinguem a escrita de desenhos e/ou de outros símbolos”. Ainda observamos que os PCN evidenciam que as crianças passariam também pela hipótese silábica e, em ambos os documentos, parece ser considerada a existência da hipótese alfabética, que possui características e propriedades específicas.

Apenas os PCN explicitam que o processo de apropriação da escrita alfabética é influenciado pelas oportunidades sociais de convivência com esse objeto cultural. Nos trechos a seguir, discute sobre a disparidade que tende a existir entre crianças de classes mais favorecidas e as de classes menos favorecidas, que têm menos oportunidades de conviver com práticas sociais atravessadas pela escrita.

[...] as [crianças] de famílias mais favorecidas tinham maiores oportunidades de participação em atividades sociais mediadas pela escrita, possuíam muito mais experiências significativas com a escrita do que as crianças das classes menos favorecidas, e essa diferença, que se expressava no desempenho, marcou a vida escolar dessas crianças desde o seu início. (Brasil. MEC, SEF, 1997, p. 20 grifos nossos)

Com isso, evidencia-se que o “*apartheid* educacional” (MORAIS; SILVA; NASCIMENTO, 2020) existente entre crianças da classe média e as das classes populares que frequentam, respectivamente, o ensino privado e o público provoca desvantagem de um grupo sobre o outro, pois afeta o ritmo em que se apropriam do sistema alfabético e de outros conhecimentos sobre a língua escrita.

4.4 É necessário conhecer as hipóteses construídas pelas crianças para intervir pedagogicamente de modo a que elas avancem em suas concepções sobre a escrita

Os PCN enfatizam que o professor precisa conhecer quais hipóteses sobre a escrita as crianças já construíram. Segundo Cavarsan e Miguel (2020, p. 580), esse documento considera que “ler e escrever são atos determinados pelo processo de como a criança aprende”. Para isso, os PCN defendem a necessidade de planejar situações que auxiliem os aprendizes a refletir sobre o SEA e a avançar na apropriação da escrita alfabética. Na BNCC, não encontramos essa ideia da teoria psicogenética.

Os PCN também apresentam que “no primeiro ciclo deve-se propor aos alunos que leiam e escrevam, ainda que não o façam convencionalmente” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p.

148) e, assinalam, no caso das atividades de escrita, que “o aluno que ainda não sabe escrever convencionalmente precisa esforçar-se para construir procedimentos de análise e encontrar formas de representar graficamente aquilo que se propõe escrever (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 56).

Dessa forma, o documento reconhece que o exercício de escrita espontânea tem grande influência na alfabetização, na medida em que possibilita a construção e a reconstrução de ideias sobre a escrita. Os PCN também alertam que “o fato de as escritas não convencionais serem aceitas não significa ausência de intervenção pedagógica” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 69), evidenciando que o professor precisa intervir pedagogicamente, contribuindo para a construção do conhecimento das crianças sobre a natureza e o funcionamento do SEA.

4.5 Os erros dos aprendizes são construtivos e constituem indicadores do que eles sabem e do que precisam ainda aprender

Os PCN mencionam os “erros construtivos” na seção “Que escrita cabe à escola ensinar”, enfatizando que “é preciso ter claro também que as propostas didáticas difundidas a partir de 1985 [...] Permite também considerar os erros cometidos pelo aluno como pistas para guiar sua prática, para torná-la menos genérica e mais eficaz.” (BRASIL. MEC, SEF, 1997, p. 28). Percebe-se, assim, que o professor não deve ignorar os erros, mas interpretá-los individualmente, tratando-os como indicadores do pensamento da criança e como pistas de como intervir pedagogicamente, a fim de contribuir para a aprendizagem da escrita. No caso da BNCC, não há nenhuma menção explícita sobre os “erros” dos aprendizes nessa perspectiva.

5. Considerações finais

A partir dos resultados do presente estudo, no qual nos propusemos a analisar as apropriações da teoria em foco nos documentos curriculares destinados ao ciclo de alfabetização, compreendemos que, ao tratar sobre o ensino da língua escrita, os PCN fundamentam-se explicitamente na teoria psicogenética e, portanto, discorrem sobre a maioria das ideias/categorias elencadas. A BNCC, por sua vez, não demonstra adesão às ideias propostas pela teoria desenvolvida por Ferreiro e Teberosky (1985). Como observa Moraes (2020, p. 8)

Não se fala em momento algum [na BNCC] sobre a compreensão do SEA, o que pode sugerir que a visão é realmente associacionista, pressupondo uma aprendizagem baseada na memorização e repetição das informações recebidas prontas do adulto (professora) sobre relações entre fonemas e grafema.

Encerrando o presente estudo, concluímos que esse objeto de pesquisa precisa ser mais aprofundado, pois nenhum estudo tem um fim em si mesmo. Logo, a inquietação primeira que deu origem ao presente trabalho mostrou-nos que ainda temos muito a investigar sobre as apropriações da teoria psicogenética em documentos oficiais brasileiros, após quase quatro décadas da publicação, em português, da obra “Psicogênese da língua escrita”.

6. Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- BRASIL-MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa. Brasília: MEC, 1997.
- CAVARSAN, C. H. G.; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, p. 567-582, 2021.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. ed. atualizada – São Paulo: Cortez, 2001.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- MORAIS, A. G. de. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. Esp, p. 01–16, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9955>. Acesso em: 31 maio. 2023.
- MORAIS, A. G.; SILVA, A.; NASCIMENTO, G. S. Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.
- MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Como eu ensino)
- SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, pp. 5-17, 2004.